

Toffoli manda investigar ONG que fez críticas a suas decisões



O ministro Dias Toffoli durante sessão do Supremo Tribunal Federal. Carlos Moura - 17.06.2023/STF

Toffoli manda investigar ONG anticorrupção que o criticou em relatório

Ministro autoriza apuração sobre papel da Transparência Internacional em acordo da J&F; entidade nega irregularidades

Mônica Bergamo, Bianka Vieira e José Marques

SÃO PAULO E BRASÍLIA. Menos de uma semana após a ONG Transparência Internacional divulgar relatório com críticas ao ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), o magistrado expediu decisão autorizando uma investigação sobre a entidade.

Nesta segunda (5), ele determinou que seja apurado se a ONG participou da administração da multa imposta à J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, no acordo de leniência da empresa, de 2017.

A própria PGR (Procuradoria-Geral da República) referendou, em 2020, a informação de que a entidade não recebeu remuneração pela assistência prestada na leniência. Toffoli, porém, diz que a Transparência, que ele chamou de instituição privada "alienígena" e "com sede em Berlim", pode ter recebido valores que deveriam ter ido para o Tesouro Nacional.

"Tal como resultado pelo Parquet [Ministério Público] ficou evidente que uma organização privada irá administrar a aplicação dos recursos de R\$ 2,3 bilhões nos investimentos sociais previstos no acordo de leniência, sem que se submetam aos órgãos de fiscalização e controle do Estado", escreveu Toffoli.

Em comunicado, a ONG diz que não recebeu nem administraram recursos da multa, e apenas produziu, sem qualquer pagamento, estudos, além de apresentar recomendações de práticas de governança e transparência.

A decisão de Toffoli se deu no âmbito de uma notícia-crime apresentada pelo deputado federal Rui Falcão (PT-SP) e assinada pelos advogados Marco Aurélio de Carvalho e Fernando Hideo Lacerda, que questionam a cooperação firmada entre o Ministério Público Federal.

"Tal providência faz-se necessária especialmente para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus respectivos responsáveis, sejam pessoas públicas ou privadas", afirma o ministro.

O magistrado determinou que fossem oficiadas PGR, TCU e CGU (Controladoria-Geral da União), ordenando ainda que a decisão chegue à

ciência do Ministério da Justiça e do Congresso Nacional.

Procuradores envolvidos nas tratativas também devem ser alvos dos procedimentos.

Na petição que deu origem à decisão de Toffoli, originalmente encaminhada ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e depois remetida ao STF, Rui Falcão afirmou que a ONG atuou como cúmplice da Lava Jato "nos abusos perpetrados no modelo de justiça criminal brasileiro".

Disse, ainda, que o fato de o Ministério Público admitir a participação de uma entidade internacional para tratar da gestão de recursos públicos obtidos por meio de acordos de leniência já seria, por si só, "escandaloso".

Tida como referência para o tema, a "Transparência Internacional tem presença em mais de cem países e faz o ranking de percepção de corrupção que, no último ano, apontou que o Brasil caiu dez posições em seu desempenho.

O mais recente levantamento foi divulgado na terça (3) e motivou críticas de integrantes do governo Lula, como os ministros Flávio Dino e Vinícius Marques de Carvalho.

No estudo, a ONG diz que o desmonte de marcos institucionais contra a corrupção no Brasil foi feito na gestão Jair Bolsonaro (PL), mas que Lula falhou na reconstrução de mecanismos similares.

Em meio a críticas sobre relações impróprias entre magistrados, políticos e empresários e falta de transparência da participação de juizes em eventos patrocinados, a ONG mencionou decisões como a de Toffoli de suspender o pagamento de multa da leniência da J&F, em dezembro.

A entidade apontou que o ministro decidiu, monocraticamente, "com fortes evidências de conflito de interesses e outras heterodoxias processuais" em casos de corrupção.

A mulher de Toffoli, Roberta Rangel, é advogada do grupo dos irmãos Batista, responsável pela atuação no litígio entre a empresa e a Paper Excelence pelo controle da Eldorado Celulose.

"No intervalo de pouco mais de dois meses, ele [Dias Toffoli] anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht (rebatizada de 'Novonor') e suspendeu multa de mais de R\$ 10 bilhões aplicada ao grupo J&F",

“

Tal providência faz-se necessária especialmente para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus respectivos responsáveis, sejam pessoas públicas ou privadas

Dias Toffoli ministro do STF, em decisão emitida nesta segunda

“

A Transparência Internacional jamais recebeu ou recebeu, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria — e jamais pleiteou — qualquer papel de gestão de tais recursos

Transparência Internacional em nota

diz o texto da organização.

Em nota nesta segunda, a Transparência classificou como falsas as informações de que valores foram recebidos ou gerenciados. Afirmou, ainda, que o memorando que estabeleceu a cooperação expirou em 2019, encerrando qualquer participação sua.

"A Transparência Internacional jamais recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria — e jamais pleiteou — qualquer papel de gestão de tais recursos", disse.

Afirmou que essas alegações já foram desmentidas diversas vezes pela própria entidade e por autoridades brasileiras e que "fake news vêm sendo utilizadas há quase cinco anos em graves e crescentes campanhas de difamação e assédio à organização".

"Reações hostis ao trabalho anticorrupção da Transparência são cada vez mais graves e comuns, em diversas partes do mundo. Ataques às vezes críticas na sociedade, que denunciam a corrupção e a impunidade de poderosos, não podem ser naturalizados."

Em ofício de 2020, a subprocuradora-geral da República Samantha Chantal Dobrowski afirmou que a ONG "prestou somente auxílio no planejamento e na definição de estratégias de investimento dos recursos envolvidos, estudando formas de reparação à sociedade e propondo metodologias para a melhor execução de projetos sociais".

Ela disse que a entidade seguiu "as melhores práticas internacionais, de que é conhecedora, inclusive, devido a sua ampla inserção no exterior, como organização não governamental de alcance mundial que é".

Ao assinar memorando de acordo técnico cooperativo, havia previsão explícita, disse a PGR, de proibição a "qualquer transferência de recursos para que a instituição não governamental realizasse o apoio técnico cooperativo".

Nos últimos anos, a Transparência Internacional criticou em diversas ocasiões decisões contrárias à Lava Jato e a seus protagonistas, como a cassação do mandato de deputado federal do ex-procurador Deltan Dallagnol (Novo) no ano passado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4